

Funai aperta o matador de Tikunas

Manaus - A Fundação Nacional do Índio (Funai), está desenvolvendo esforços para condenar os autores da chacina Tikuna como "genocidas", em julgamento federal que será realizado em Manaus. A garantia foi dada ontem pelo presidente da entidade, Romero Jucá Filho, que se encontra em Manaus para fazer uma série de reajustes administrativos e lançar um programa emergencial de saúde na área Yanomami, no Estado de Roraima, que beneficiará cerca de 10 mil com vacinas, tratamento odontológico e borrifação de toda a reserva.

Na entrevista concedida na sede da superintendência regional da Funai, Romero Jucá afirmou que para o governo brasileiro, não é importante apenas punir os culpados, "mas mostrar para a sociedade que a punição de forma severa é uma forma de evitar que outros crimes ocorram".

Ao fazer um balanço do processo que apura o massacre de

Índios Tikuna, na região do Capacete, no município de Benjamin Constant ocorrido a 28 de março, o presidente da Funai disse que existem denúncias contra entidades ligadas a causa indígena, na região.

Essas entidades, segundo as acusações, teriam fomentado o conflito entre brancos e índios, "num momento em que a solução para os conflitos de terra daquela região já estavam sendo equacionados", disse Romero Jucá. Em determinado momento da entrevista, ele se referiu ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (PCT), como entidades ligadas ao conflito que culminou com a chacina Tikuna.

Se as acusações se confirmarem e ficar claro que qualquer entidade nacional ou internacional tenha insuflado o crime, "o governo brasileiro vai agir com rigor - advertiu o presidente da Funai, garantindo que as entidades culpadas poderão

ser proibidas de atuar em território brasileiro.

Na área Yanomami, o objetivo da Funai é montar um controle sanitário para evitar que a invasão de garimpeiros piore ainda mais a saúde dos índios, que já estão sendo acometidos de malária, sarampo, tuberculose, onconcerose, doença que está cegando os Yanomami; e leishmaniose.

Garantiu ainda Romero Jucá que no prazo mínimo de 60 dias, a entidade já terá a proposta de demarcação do território Yanomami, cuja área de pretensão evoluiu de quatro para 14 milhões de hectares durante o trabalho de levantamento para a demarcação.

O valor do projeto de saúde para a nação Yanomami, de saída é de Cz\$ 35 milhões, entre medicamentos e recursos de operação. O presidente da Funai adiantou que a liberação da verba já faz parte dos recursos destinados ao projeto Calha Norte.